

negócios negocios.pt iniciativas

Este suplemento faz parte integrante do Jornal de Negócios n.º 4871, de 17 de Novembro de 2022, e não pode ser vendido separadamente.

Os desafios da igualdade em tempos de crise

- € A ameaça da pobreza e da desigualdade
- € Casas e cidades mais amigas da felicidade
- € Bem-estar no emprego e nas empresas

Guy Verhofstadt

“Precisamos de uma reforma da União Europeia o mais rápido possível.”

Peter Spark/Movephoto



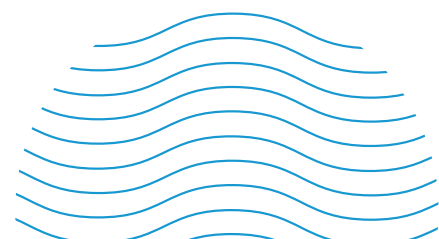


negócios Sustentabilidade

20  30

O maior fórum de discussão sobre Sustentabilidade (ESG) arranca para a sua terceira edição com o mesmo sentido de compromisso de urgência.

Todos os dias novos conteúdos online, semanalmente na edição impressa do **Jornal de Negócios**, um podcast com entrevistas aos principais CEO do país, um ciclo de 4 grandes eventos e o continuar do trabalho com o conselho estratégico para inspirar outros.



O nosso futuro decide-se agora.

Saiba mais em sustentabilidade.negocios.pt

ALTO PATROCÍNIO



PATROCÍNIO FUNDADOR



PATROCÍNIO



MUNICÍPIO ANFITRIÃO

CASCAIS

PATROCÍNIO CATEGORIA ECONOMIA CIRCULAR



PATROCÍNIO CATEGORIA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL



PATROCÍNIO CATEGORIA PRESERVAÇÃO DO CAPITAL NATURAL



PATROCÍNIO CATEGORIA DESCARBONIZAÇÃO



MUNICÍPIO SUSTENTÁVEL



APOIOS

Abreu:
advogados

AdvanceCare
À sua saúde

ÁGUAS DE PORTUGAL

ZAVZ
AEROPORTOS DE PORTUGAL

VINCI
AEROPORTS

apcer
municipal

Capgemini

CGI

CONTINENTE



Norauto

SAINT-GOBAIN

savills

SAP

SÉCIL

“Nunca foi tão importante a defesa dos direitos humanos”

A secretária de Estado da Igualdade e Migrações considera que as desigualdades só se combatem em conjunto e que são necessárias políticas públicas para corrigir a sua trajetória. Na conferência ESG do Negócios dedicada ao desenvolvimento social, Isabel Almeida Rodrigues sublinhou ainda a importância de as mulheres integrarem as áreas STEAM.

Peter Spark/Movephoto

SÓNIA SANTOS DIAS

O mundo tem saltado de crise em crise nos últimos anos, resultando no agravamento das desigualdades sociais. Como tal, “nunca foi tão importante a defesa dos direitos humanos”, referiu Isabel Almeida Rodrigues, secretária de Estado da Igualdade e Migrações, na abertura institucional da “Conferência Social – Os desafios da igualdade em tempos de crise”, que decorreu a 8 de novembro, no Hotel Hilton Porto Gaia, em Vila Nova de Gaia.

Para a Isabel Almeida Rodrigues, que fez a abertura institucional da conferência, “as desigualdades só se combatem em conjunto”, pelo que “intervenções isoladas não são significativas”. Por isso, defendeu serem necessárias políticas públicas que combatam as desigualdades entre homens e mulheres como base para a sustentabilidade social e económica, na medida em que continua a persistir esta diferença mesmo em sociedades ditas desenvolvidas. “A igualdade não é garantida pela simples atribuição de direitos iguais”, referiu a secretária de Estado, explicando que “o facto de a lei considerar esta igualdade não significa que o seu exercício seja igual, porque se nas práticas organizacionais e na questão dos papéis



Isabel Almeida Rodrigues, secretária de Estado da Igualdade e Migrações.

de homens e mulheres não introduzirmos esta transformação, a lei terá muita dificuldade em traduzir-se nesta mudança do ponto de vista social”.

Isabel Almeida Rodrigues destacou também a necessidade de as mulheres entrarem nas áreas STEAM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática, sigla em inglês), na medida em que são decisivas num mundo cada

vez mais digital, sendo que estas são também as áreas mais bem remuneradas. “Quando se fala de desigualdade salarial entre homens e mulheres não estamos só a falar de salário diferente para as mesmas funções, estamos a falar também de profissões com uma sobrerrepresentação masculina em que se auferem os melhores salários e depois de profissões ligadas ao cuidado que não

são tão bem remuneradas”, assinalou a secretária de Estado, acrescentado que tal se traduz “numa desigualdade de rendimentos ao longo da vida ativa, e também numa desigualdade de rendimentos quando se deixa a vida ativa”.

A secretária de Estado reforçou que é preciso alterar mentalidades e a cultura de estereótipos que desvalorizam a mulher

perante o homem na sociedade. Neste sentido, referiu que “temos de ser capazes de contrariar esta cultura, não só no sentido de mudar estes papéis convencionados, mas também mudar a prática das organizações que muitas vezes traduzem esta divisão de papéis”.

Defendeu também que “só com o reconhecimento destes fenómenos e investimento que permita implementar políticas pú-

“A nova ordem mundial será uma luta entre grandes impérios”

Para o deputado europeu, a União Europeia tem de se reformular e unir forças em áreas estratégicas para conseguir sobreviver ao combate entre grandes blocos que está a emergir. Na conferência ESG do Negócios dedicada ao desenvolvimento social, defendeu que a luta entre democracias e autocracias está a tornar o mundo “num lugar muito inseguro”.

blicas multinível é que poderemos ambicionar remover estes obstáculos”. Isabel Almeida Rodrigues destacou ainda que quando fatores de desigualdade e empobrecimento se entrecruzam, tais como género, raça, etnia ou orientação sexual, a expressão dessa desigualdade é ainda maior.

A Estratégia Nacional para a Igualdade “Portugal + Igual” pretende precisamente eliminar os estereótipos, pelo que incide numa abordagem interseccional dos vários fatores que causam a desigualdade e na localização das políticas públicas para responderem a determinada realidade em concreto. Neste sentido, a secretária de Estado sublinhou o papel das autarquias para acompanharem esta realidade e promoverem uma cidadania inclusiva. Esta deve ter uma ambição estrutural, pois “já há muitas respostas de apoio à vítima, mas o nosso compromisso tem de ser conseguir reduzir o número de situações”, defendeu Isabel Almeida Rodrigues. ■

O mundo está já a assistir ao nascimento de uma nova ordem mundial que vem cortar com a ordem estabelecida, baseada até agora na economia de mercado e na competição entre 199 nações. O novo mundo é um combate entre visões democratas e autocratas do mundo e uma guerra multinível entre grandes protagonistas. “A nova ordem mundial será uma competição entre quatro ou cinco grandes blocos e será uma competição não só política, não só militar, mas também económica, social, no campo tecnológico e no espaço. Portanto, será uma luta entre grandes impérios”, referiu Guy Verhofstadt, ex-primeiro-ministro da Bélgica e deputado europeu, na conferência dedicada ao desenvolvimento social do Ciclo de Conferências ESG do Negócios Sustentabilidade 20|30, que decorreu a 8 de novembro, no Hotel Hilton Porto Gaia, em Vila Nova de Gaia.

Na medida em que “o mundo de amanhã será um lugar muito inseguro e difícil, um lugar de desigualdades e de luta entre grandes visões diferentes da sociedade”, o keynote speaker sublinhou que “um país sozinho já não tem segurança se não fizer parte de um bloco, que pode ser a NATO, a União Europeia ou outro. É uma necessidade de segurança no mundo de amanhã.”

Assim, para sobreviver nesta “luta de impérios”, a Europa tem de se unir e reinventar para sobreviver, defendeu o ex-primeiro-ministro da Bélgica. “Precisamos de uma reforma



Guy Verhofstadt, ex-primeiro-ministro da Bélgica e deputado europeu.

da União Europeia o mais rápido possível. Aquilo a que chamo um novo governo europeu baseado em cinco grandes blocos de construção”, nas áreas da política, defesa, energia, saúde e fiscalidade com base no pilar social. E exemplificou. Em plena crise energética, “tudo o que é feito para enfrentar este aumento de preços da energia

só pode ser feito da forma correta se criarmos rapidamente uma verdadeira região energética dentro da União Europeia”. Destacou que estabelecer preços máximos para reagir à crise não é a melhor solução, porque “será um preço dinâmico para todos” e que fazer compras de 15% em conjunto também não resolve o problema energético da Europa. Por isso, defendeu que é necessário criar “uma plataforma de compra de energia para pelo menos 80% a 85% das compras, porque isso cria o poder de compra da Europa”.

O keynote speaker salientou que não é preciso ser muito criativo para criar mais união nestas cinco áreas basilares, na medida em que para combater a pandemia os países europeus conseguiram encontrar rapidamente soluções em conjunto, tais como a criação de um fundo de 750 mil milhões de euros para os países recuperarem da pandemia. “Temos de tornar

esta capacidade fiscal permanente”, referiu.

O pilar social é, na sua perspetiva, uma das bases a cuidar, porque “a falta de uma verdadeira Europa social é uma das razões para o aumento do populismo na Europa”, um movimento perigoso que está a pôr em perigo as democracias e que bebe muito da insatisfação gerada nas redes sociais. Defende, por isso, uma Europa de direitos sociais baseada na igualdade de oportunidades, no acesso ao mercado de trabalho, com condições de trabalho, proteção social e inclusão. “E isto não é apenas necessário apenas por razões sociais e de igualdade, mas também por razões económicas, porque a mobilidade laboral aumentará com esse pensamento social”, disse.

Para Guy Verhofstadt, as mudanças profundas nestas cinco áreas estratégicas só se fazem “se houver uma mudança nas nossas regras, uma mudança nas nossas instituições”. “Más instituições conduzem a más políticas. Portanto, se quisermos mudar as políticas, se quisermos ter uma ferramenta social, se quisermos ter políticas mais sustentáveis na União Europeia, primeiro que tudo é preciso enfrentar o impasse institucional em que nos encontramos hoje”, referiu. O deputado europeu frisou, assim, que a nova união deve basear-se em consensos de “maioria qualificada” e não na necessidade de unanimidade que existe atualmente, onde “tudo fica bloqueado”. ■

SÓNIA SANTOS DIAS



A igualdade não é garantida pela simples atribuição de direitos iguais.

ISABEL ALMEIDA RODRIGUES
Secretária de Estado da Igualdade e Migrações



A falta de uma verdadeira Europa social é uma das razões para o aumento do populismo na Europa.

GUY VERHOFSTADT
ex-primeiro-ministro da Bélgica e deputado europeu

As práticas das autarquias “não são muitas vezes valorizadas”

Na conferência ESG do Negócios dedicada ao desenvolvimento social, o presidente da Câmara Municipal de Gaia sublinhou também que não é possível construir um país sustentável se não existirem condições de equilíbrio financeiro e social.

SÓNIA SANTOS DIAS

Como entidades agregadoras e organizadoras, as autarquias desempenham um papel central no desenvolvimento da sociedade. Porém, para Eduardo Vítor Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, as suas práticas “não são muitas vezes valorizadas, mas têm um contributo absolutamente decisivo para os processos de desenvolvimento em curso”.

Na conferência dedicada ao desenvolvimento social do Ciclo de Conferências ESG do Negócios Sustentabilidade 20|30, que decorreu a 8 de novembro, em Vila Nova de Gaia, o presidente desta autarquia salientou que o país enfrenta graves problemas de desertificação em zonas interiores do país, mas que “esse processo poderia ser ainda mais intenso se não fosse o empenho, muitas vezes contra ventos e marés, que localmente se vai tendo”. E aqui, para além dos municípios, acrescenta também o terceiro setor, em que se inclui toda a economia social.

Para o autarca, a temática da sustentabilidade é algo que deve ser visto e implementado em vários eixos. “Não há país sustentável, não há cidade sustentável, se não tiver condições de equilíbrio financeiro. Por outro lado, pode acontecer como em muitos países do mundo que têm níveis de crescimento económico absolutamente extraordinários e níveis de felicidade e de coesão absolutamente miseráveis. É neste equilíbrio que nós desenvolvemos a nossa tarefa no dia a dia”, sublinhou Eduardo Vítor Rodrigues.



Eduardo Vítor Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Nesta visão da sustentabilidade, em que as áreas ambiental, social e de governação devem ser todas tidas em conta, o autarca remete-nos para o exemplo histórico de Gaia e do Porto, nomeadamente para o aproveitamento dos recursos que sempre se fez na produção de vinho do Porto, que respeita os ciclos da natureza e muitas vezes só é consumido vários anos mais tarde. “Os recursos não são para serem consumidos todos no momento”, referiu o autarca. “Esta dimensão é, em si mesma, uma dimensão de sustentabilidade da cidade, do meio ambiente,

da natureza, ou seja, acreditamos que a partir do vinho do Porto podemos ter recursos para o ime-

diato, mas temos também a possibilidade de ir guardando recursos que com o tempo aumentam o seu valor”, referiu o presidente da Câmara de Gaia.

Estas práticas típicas da região estão integradas social e ambientalmente. Por isso, “quando se trata de sustentabilidade, nós próprios somos parte do processo, numa lógica de perseguir o bem-estar e qualidade de vida de todos numa estratégia de coesão, mas ao mesmo tempo numa lógica de garantir que os recursos que são finitos são cuidados de forma a serem muito duradouros”, reforçou. Para além disso, as grandes caves também se caracterizam por serem negócios familiares, ajudando a promover mo-

delos de perpetuação de relações familiares.

Com 16 km de orla marítima e 19 km de orla fluvial, e com um território cinco vezes maior do que o do Porto em termos de área, Gaia pode ser, para o autarca, um laboratório onde se podem experimentar estratégias de desenvolvimento de âmbito local. Exemplo disso é o projeto “Meu Bairro, Minha Rua”, no qual a população de Gaia tem sido envolvida na identificação e resolução de problemas sociais e de espaço público. “A cidade tem de ter capacidade de se projetar no presente e no futuro, mas ao mesmo tempo conseguir garantir que os pequenos e micropelos se resolvem no dia a dia, a bem das



Se não cuidarmos das nossas redes de relações institucionais, como as escolas, as IPSS, os nossos parceiros empresariais, associados a uma estratégia de desenvolvimento da própria cidade, não andaremos com a mesma velocidade e com o mesmo caráter duradouro.

EDUARDO VÍTOR RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

peças”, disse. Recorrendo também ao exemplo da comunidade piscatória da região, o autarca refere que é importante cuidar das redes para que o desenvolvimento ocorra.

“Temos a aprender muito com os nossos núcleos piscatórios. Se não cuidarmos das nossas redes de relações institucionais, como as escolas, as IPSS, os nossos parceiros empresariais, associados a uma estratégia de desenvolvimento da própria cidade, não andaremos com a mesma velocidade e com o mesmo caráter duradouro. Por isso, na sustentabilidade, há também uma dimensão de organização institucional e de rede bem cuidada”, finalizou. ■

“Os municípios estão comprometidos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”

Para Luísa Salgueiro, a dimensão social da sustentabilidade é particularmente desafiante para as autarquias, numa altura em que crises simultâneas vincam mais desigualdades entre a população.

Os municípios estão no centro da ação para empreender a transformação social, política e económica que o mundo está a levar a cabo em virtude da Agenda 2030 das Nações Unidas, nomeadamente para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). “Nos municípios, nas empresas, nas escolas, há um trabalho a decorrer de enorme importância. É com o somatório das nossas ações locais que os objetivos poderão ser alcançados, a bem de todos nós”, começou por referir Luísa Salgueiro, presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), no encerramento institucional da conferência dedicada ao desenvolvimento social do Ciclo de Conferências ESG do Negócios Sustentabilidade 20|30, que decorreu a 8 de novembro, no Hotel Hilton Porto Gaia, em Vila Nova de Gaia. Nesse sentido, acrescentou a responsável, “os municípios estão atentos e comprometidos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, sublinhando a criação recente de uma secção dedicada a acompanhar a implementação dos ODS dentro da própria ANMP.

Luísa Salgueiro alertou que as mudanças que o combate às alterações climáticas estão a impulsionar, nomeadamente na gestão da água, da energia e no recurso a novas tecnologias, são “fatores positivos de evolução da humanidade, mas podem ter preocupantes consequências para as pessoas na ordem política e social”. Assim, perante tempos desafiantes, “temos de trabalhar cada vez mais na defesa dos valores da sustentabilidade”, referiu.

Luísa Salgueiro destacou que é na dimensão social da sustentabilidade que os municípios têm um papel particularmente relevante. “Garantir que as transfor-



Peter Spark/Movephoto

Luísa Salgueiro, presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses

mações que vivemos não agravam as desigualdades e, pelo contrário, nos abram novos caminhos de promoção de igualdade de oportunidades, de igualdade de género, de igualdade de acesso aos serviços e bens essenciais é a preocupação central de todos os presidentes de câmara do país”, referiu. E perante estas circunstâncias, é preciso reagir: “Quem está perto das comunidades, quem recebe os apelos das pessoas, quem conhece bem os impactos reais desta crise, sabe que é necessário agir diariamente na minimização das desigualdades sociais em paralelo com as ações estruturantes que contribuem para o desenvolvimento

sustentável dos territórios.” As respostas sociais do terceiro setor implantadas em todo o território são fundamentais para dar resposta às múltiplas carências sociais. É às iniciativas de utilidade pública promovidas pela sociedade civil que cabe a resolução de múltiplos problemas relacionados com apoio social a criança, jovens, idosos, pessoas com deficiência ou em situação de marginalização, etc.

Sobre esta realidade, a presidente da ANMP referiu que “as autarquias acarinham desde cedo o terceiro setor para que pudessem responder às necessidades das populações quando as suas instituições não tinham

competência formal ainda para as providenciar”. E é por todo este trabalho, reconheceu, que “foi assim que se construíram milhares de equipamentos sociais em todo o país, foi assim que se construíram e gerem centenas de respostas mais próximas das pessoas”. Por isso, “as respostas tradicionais não ficaram nem estão nos dias de hoje em risco”.

Luísa Salgueiro evidenciou também que o pilar social europeu “tem uma forte marca portuguesa”, na medida em que foi promovido pela Presidência Portuguesa da União Europeia, no primeiro semestre de 2021. Por isso, considera que “é uma responsabilidade acrescida para



Quem está perto das comunidades, quem recebe os apelos das pessoas, quem conhece bem os impactos reais desta crise, sabe que é necessário agir diariamente na minimização das desigualdades sociais.

LUÍSA SALGUEIRO
Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses

Portugal e que deve ser exemplar na aplicação dos seus princípios da justiça social e de defesa dos direitos humanos”.

Por fim, sublinhou que sem o envolvimento direto dos municípios não será possível ter uma política que ponha as pessoas em primeiro lugar. “Todas essas estratégias, qualquer que seja a perspetiva, económica, social ou ambiental que queiramos abordar, passarão seguramente, no Portugal que temos hoje e no Portugal que estamos a construir, por uma resposta multinível, a nível nacional e a nível local. Esta articulação multinível é decisiva”, concluiu. ■

SÓNIA SANTOS DIAS

“A pobreza é um assunto internacional”

O ex-diretor do WTO considera que a pobreza deveria merecer a mesma atenção que o combate às alterações climáticas, que está a mobilizar o mundo em várias frentes. Defende também que as empresas podem ter um peso importante na reversão de uma pobreza que está em crescimento devido às “policrises”.

Peter Spark/Movephoto

SÓNIA SANTOS DIAS

Na altura em que os olhos estão postos na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP27), em Sharm-el-Sheikh, no Egito, onde peritos e líderes mundiais discutem como combater as alterações climáticas, a pobreza não está a merecer o mesmo tipo de reunião e atenção. A crítica foi feita por Victor do Prado, ex-diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC), na conferência dedicada ao desenvolvimento social do Ciclo de Conferências ESG do Negócios Sustentabilidade 20|30, que decorreu a 8 de novembro, no Hotel Hilton Porto Gaia, em Vila Nova de Gaia. “O aumento da temperatura do planeta é uma catástrofe anunciada e chama a atenção dos líderes mundiais, o que me parece totalmente justificado, mas a mesma atenção internacional não ocorre no tema da pobreza e da desigualdade”, referiu o keynote speaker do painel de debate “A Ameaça da Pobreza e a Desigualdade”. Assim, acrescentou, é como se existisse “uma consciência geral” da necessidade de se combater as alterações climáticas, mas o mesmo não acontece com a pobreza. “É como se a pobreza fosse um problema interno de cada país e que cada um devesse resolvê-la por si próprio. Ora, o tema da pobreza não é um assunto interno ou um assunto europeu, a pobreza é um assunto que deveria ser tratado com a mesma importância que o tema ambiental, a nível internacional, porque a mudança climática e a pobreza são duas faces da mesma moeda”, acrescentou.

O keynote speaker assinalou que a pobreza é um flagelo que se



Victor do Prado, ex-diretor da Organização Mundial do Comércio.



O aumento da temperatura do planeta é uma catástrofe anunciada e chama a atenção dos líderes mundiais, o que me parece totalmente justificado, mas a mesma atenção internacional não ocorre no tema da pobreza e da desigualdade.

VICTOR DO PRADO
Ex-diretor da Organização Mundial do Comércio

observa também nas ruas do chamado primeiro mundo. “A pobreza hoje em dia não se encontra só nas favelas do Rio de Janeiro, de Nova Deli ou do Cairo, há pobreza em países ricos e todos nós testemunhamos essa imagem dos que vivem nas ruas. E isto é só a ponta do icebergue”, referiu.

Victor do Prado salientou que a pobreza esteve em declínio, mas a pandemia, os efeitos das alterações climáticas e os conflitos recentes reverteram essa tendência e hoje regista-se um aumento novamente dos níveis de pobreza a nível global. As crises recentes, segundo dados do Banco Mundial, atiraram para a pobreza mais 75 a 95 milhões de pessoas. Em Portugal, sublinhou o ex-diretor do WTO, o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão aumentou 12,5% em 2020, comparativamente com 2019, “ou seja, houve um recuo claro na tendência de redução da pobreza”.

A pobreza é um “fator desesta-

bilizador” das sociedades e das empresas, sublinhando o keynote speaker que “o pobre é um consumidor potencial se deixar de ser pobre”. Além disso, incide sobre grupos mais desfavorecidos. “O aumento da pobreza do mundo, a redução do poder de compra, o desemprego ou os empregos mal remunerados ou precários afetam de maneira particularmente aguda as mulheres e jovens trabalhadoras informais”, acrescentou.

Nos países mais pobres, a população gasta cerca de dois terços das suas receitas em alimentação, enquanto nos países mais ricos a média está nos 25%. Por isso, “um dos maiores desafios de hoje é a inflação”, na medida em que incide sobre bens essenciais. Mas não só. Apelidando este como um “momento de policrises”, com a crise pandémica, a guerra na Ucrânia, a crise energética, problemas no abastecimento de alimentos, a ameaça de restrição económica, Victor do Prado considera que

“este é seguramente um momento dos desafios mais complexos do mundo nas últimas décadas”.

E como se combate tudo isto? Envolvendo todos: “O tema da pobreza é extremamente complexo. Não é só um desafio para os poderes públicos, é um desafio para toda a sociedade e as empresas evidentemente têm um papel preponderante na procura de soluções.” No caso das empresas, trata-se de implementarem uma “visão moderna de relações entre empregadores e empregados, com salários condignos, sem discriminação entre homens e mulheres, segundo o princípio básico da retribuição igual para quem desempenha tarefas iguais”. Por outro lado, defende que se devem também envolver mais com as comunidades em que estão inseridas.

Victor do Prado salientou, por fim, o papel fundamental da educação como elevador social e a aposta nas tecnologias para superar a pobreza e a desigualdade. ■

Múltiplas crises estão a criar novos pobres

No debate sobre a pobreza e a desigualdade promovido pelo Negócios, ficou claro que a pandemia e a guerra na Ucrânia estão a atirar para a pobreza um novo conjunto de pessoas. Em Portugal, crescem os problemas de pobreza estrutural que afetam uma grande parte da população.

As múltiplas crises que o mundo tem vindo a enfrentar estão a criar mais pobreza e desigualdades, fazendo chegar ao limiar da pobreza mais pessoas que precisam de apoio ao nível da alimentação, energia e na habitação. Isabel Jonet, presidente do Banco Alimentar, abriu o debate “A Ameaça da Pobreza e a Desigualdade”, na conferência do Negócios dedicada ao desenvolvimento social, referindo que o presente aumento acelerado da inflação, com impacto nos bens alimentares, na energia e no aumento das taxas de juro “vem castigar um conjunto de famílias que vivem com muito pouco”, na medida em que dificilmente conseguem suportar a subida de preços nos produtos essenciais. Uma situação que, prevê, irá agravar-se em 2023.

“Esta crise é diferente da crise da pandemia. A inflação é gradual e as famílias foram-se ajustando comprando menos com o mesmo rendimento”. Acresce que, para Isabel Jonet, Portugal tem um “problema terrível”, o da habitação, “porque o peso no rendimento das famílias aqui é muito elevado. Portanto, temos duas grandes rubricas, a alimentação e a habitação, que consomem grande parte do rendimento disponível das famílias”. E como nesta crise existe o aumento destas duas parcelas, estamos perante “uma ameaça também para os remediados, que antes viviam com o seu rendimento equilibrado”. Portanto “vamos ter mais famílias catapultadas para a pobreza estrutural em Portugal, que é muito severa”. Isabel Jonet sublinhou que existe no país um problema de pobreza estrutural grande. Nomeadamente, muitas pessoas vivem com pensões de 180€, um milhão de pessoas vive com menos de 250€ por mês e cerca de dois milhões de pessoas vivem com menos de 450€ por mês.



Peter Spark/Movephoto

O debate “A ameaça da pobreza e a desigualdade” teve a moderação de Helena Garrido e contou com a participação de Isabel Jonet, Nádía Reis e Susana Peralta (no ecrã).

Relativamente às medidas que têm vindo a ser implementadas para atenuar a pobreza, Isabel Jonet considera que “são balões de oxigénio de curto prazo, dão sinais errados às pessoas e não são geradoras de riqueza”. Defendeu, por isso, que são precisas medidas estruturais de longo prazo que combatam efetivamente a pobreza que persiste em determinados grupos

sociais. “Tem de haver uma clara alteração das políticas. É necessário investir na mudança de mentalidades e beneficiar as empresas para criarem mais e melhor emprego”, defendeu.

Ao acompanhar o tema da pobreza em Portugal há cerca de 30 anos, a presidente do Banco Alimentar deu conta de que a pobreza de hoje é diferente desde essa

altura, sublinhando que hoje os pobres têm mais escolaridade, mais bens de consumo, mas “sentem-se tão pobres quanto antes e essa perceção é estigmatizante”.

Susana Peralta, professora da Nova SBE, trouxe para o debate a caracterização da pobreza e da desigualdade em Portugal, sublinhando que a inflação tem efeitos assimétricos nas famílias. “Cada

família enfrenta a sua taxa de inflação”, na medida em que nas famílias mais pobres os alimentos representam 20% do orçamento e nas famílias mais ricas esse peso desce para os 10%. E o mesmo padrão é quantificável nas áreas da energia e da habitação. Portanto, “esta crise inflacionista é profundamente desigual”, referiu.

Susana Peralta salientou também a questão da pobreza no trabalho, pois “há uma percentagem elevada dos trabalhadores que nem sequer recebe o salário mínimo”. E isto acontece porque “a própria regulamentação do salário mínimo deixa de fora as margens mais desprotegidas do mercado de trabalho, que não têm contratos de trabalho, são precários, falsos recibos verdes ou trabalham a tempo parcial”. A professora defendeu também que, para além de a crise ser desigual, as políticas públicas não têm sido a mais adequadas e os apoios sociais não são suficientes.

Em representação do setor empresarial, Nádía Reis, diretora de Comunicação e Responsabilidade Social do Continente, deu conta do duplo papel que as empresas devem ter no combate a este flagelo. E tal passa por, no caso da distribuição, “conseguir criar condições para os clientes poderem ter acesso a uma proposta de valor o mais competitiva possível no acesso a bens alimentares e, por outro lado, também na componente de responsabilidade social enquanto empresa integrada numa sociedade”.

Nádía Reis exemplificou as duas situações, que passam por trabalhar com fornecedores e criar campanhas promocionais no sentido de ajudar na aquisição dos cabazes. Do lado do apoio social, “a iniciativa Missão Continente funciona como um complemento às políticas públicas”, dando apoio às comunidades em diversas áreas. ■

“

Com esta crise vamos ter mais famílias catapultadas para a pobreza estrutural em Portugal, que é muito severa.

ISABEL JONET
Presidente do Banco Alimentar

“

A iniciativa Missão Continente funciona como um complemento às políticas públicas.

NÁDIA REIS
Diretora de Comunicação e Responsabilidade Social do Continente

“

Esta crise inflacionista é profundamente desigual.

SUSANA PERALTA
professora da Nova SBE

“Sem as empresas quase nenhum ODS pode der atingido”

A presidente da associação GRACE destaca o papel transformador que as empresas podem ter na criação de um mundo mais justo. Na conferência do Negócios dedicada ao desenvolvimento social, salientou que incorporar práticas sociais é benéfico para as empresas e que a própria regulação está a legislar nesse sentido.

Peter Spark/Movephoto

SÓNIA SANTOS DIAS

Como motores da economia, as empresas desempenham um papel fundamental na criação de um mundo mais sustentável, implementando melhores práticas ambientais, sociais e de governação. E esta é uma convicção que cresce cada vez mais junto do setor empresarial, segundo Margarida Couto, presidente da GRACE – Empresas Responsáveis, que tem visto o universo desta associação empresarial dedicada à responsabilidade e sustentabilidade crescer bastante nos últimos anos. “Vemos esse crescimento como um sinal de esperança e um sinal de que as empresas portuguesas estão a conseguir compreender cada vez melhor que só em rede é que verdadeiramente poderão fazer mexer a agulha, porque todos estes temas da sustentabilidade são demasiado complexos para qualquer um de nós poder lidar com eles sozinhos”, disse a também keynote speaker do painel “Diversidade e Igualdade – Ser Diferente, Ser Igual”, na conferência dedicada ao desenvolvimento social do Ciclo de Conferências ESG do Negócios Sustentabilidade 20|30, que decorreu a 8 de novembro, no Hotel Hilton Porto Gaia, em Vila Nova de Gaia.

A keynote speaker sublinhou também que as crises que assolam o mundo, sobretudo a pandemia, têm contribuído para, “no contexto do framework ESG, fazer do ‘S’ o novo ‘E’, porque as empresas há muito tempo que dedicam atenção aos temas da sustentabilidade relacionados com o ambiente e com as alterações climáticas, mas pela primeira vez começam a fo-



Margarida Couto, presidente da GRACE.

car-se também nos temas que têm a ver com o social”. E bem, na medida em que “o que não falta são estudos a provar que há um dividendo da diversidade, ou seja, é benéfico para as empresas terem equipas diversas, sobretudo se as conseguirem integrar de forma inclusiva”, referiu. Portanto, acrescentou, “se não for por uma razão de sustentabilidade, então, por uma questão de boa gestão, qualquer bom gestor deve olhar para a

diversidade como algo que merece atenção”.

Margarida Couto destacou, por isso, o “papel transformador das empresas” nesta caminhada e que “sem as empresas praticamente nenhum dos Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS) poderá ser atingido”. O ponto de viragem para esta assunção de responsabilidades para a construção de um mundo mais equilibrado aconteceu com a

aprovação da Agenda 2030 das Nações Unidas, que vincula todos os atores a tomarem ações para transformarem o mundo até 2030, inclusive as empresas. E estas, por funcionarem por ciclos mais longos que os dos governos, podem traçar estratégias a longo prazo nesta matéria.

A responsável da GRACE sublinhou também a importância dos recursos das empresas e a sua capacidade de inovar tendo sem-



As empresas há muito tempo que dedicam atenção aos temas da sustentabilidade relacionados com o ambiente e com as alterações climáticas, mas pela primeira vez começam a focar-se também nos temas que têm a ver com o social.

MARGARIDA COUTO
Presidente da GRACE

pre como perspetiva o longo prazo. Neste painel sobre a diversidade e igualdade, destacou que as empresas podem ter grande impacto nos ODS 5 (igualdade de género), ODS 8 (trabalho digno e crescimento económico) e ODS 10 (reduzir as desigualdades).

Para além disso, existem cada vez mais imposições regulatórias que vão no sentido de incorporar práticas sociais nas empresas. “As empresas podem resolver estes temas voluntariamente, mas se não o fizerem, estas questões são hoje de tal modo relevantes que a regulação acabará por se atravessar no caminho das empresas”, disse. Exemplo disso é a Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro, que estabelece quotas para as entidades empregadoras com mais de 75 trabalhadores, que serão obrigadas a contratar pessoas com deficiência a partir do início de 2023. Para Margarida Couto, “é melhor para as empresas adotarem estas práticas de forma voluntária do que pela prática coerciva da lei”. ■

Diversidade e igualdade contribuem para crescimento económico das empresas

As empresas só agora estão a despertar para as questões sociais e a perceber que promover uma atividade inclusiva e diversa é não só benéfica para os seus colaboradores e imagem pública, mas também para capitalizar o próprio negócio.

Peter Spark/Movephoto



O debate “Igualdade e Diversidade” teve a moderação de Diana Ramos e contou com as intervenções de Graça Fonseca, André Villas Boas, Rui Diniz e Sandra Ribeiro.

A diversidade e igualdade são mais duas faces dos problemas sociais que estão a ser impactadas pelas crises múltiplas que o mundo está a viver. No painel de debate “Diversidade e Igualdade – Ser Diferente, Ser Igual”, da conferência ESG do Negócios dedicada ao desenvolvimento social, foi sublinhado o papel das empresas para atenuar estes problemas. Num painel com experiências variadas, ficou claro que promover a diversidade e a igualdade nas empresas é também uma boa prática de gestão, pois contribui para a criatividade e o crescimento económico das mesmas.

Sandra Ribeiro, presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CCIG), confirmou a relação mais próxima das empresas com as questões sociais que se tem vindo a cimentar nos últimos anos. “A parceria público-privada nestas matérias é extremamente importante”, explicou. Neste sentido, a Comissão

tem vindo a trabalhar numa “estratégia participada” que inclui pactos com empresas que se comprometem a lutar por um determinado objetivo social. A título de exemplo, a presidente da CCIG deu conta de “um pacto contra a violência doméstica em que convidámos empresas a terem tolerância zero para o assédio e a identificar sinais de vítimas de violência doméstica”. O objetivo é que “as empresas possam dar o exemplo, quer internamente, para os seus trabalhadores e trabalhadores, quer na imagem institucional que possam passar”, acrescentou Sandra Ribeiro. Porém, apesar de na prática haver “cada vez mais empresas que tomam consciência efetiva e incorporam as questões da diversidade, do combate à não discriminação e da igualdade como ferramentas fundamentais da sua gestão de recursos humanos e da sua própria governação e posicionamento no mercado, ainda há

uma grande fatia que não vê isso assim”, referiu a responsável. A situação continua muito ainda na teoria e pouco na prática, sublinhou. “É um caminho que se faz, mas efetivamente conseguimos ver que as coisas estão a mudar”, acrescentou, citando uma campanha natalícia de um supermercado, em que as meninas surgem a brincar com carros e os meninos com bonecas “desconstruindo padrões de igualdade de género”.

Sandra Ribeiro sublinhou ainda que Portugal tem feito um caminho modernista no campo das políticas públicas nesta área, “com legislação bastante inovadora e progressista”. Porém, na sociedade portuguesa, continuam a existir muitos obstáculos sobretudo nas áreas de igualdade de género, promoção de pessoas LGBTI e nas questões étnicas e religiosas, referiu.

Rui Diniz, CEO da CUF, confirmou que a responsabilização das empresas nesta área está a

crescer. No debate, que decorreu em Vila Nova de Gaia, no passado dia 8 de novembro, referiu que “fazer é mais difícil do que falar”, mas que “as empresas em Portugal têm feito uma grande evolução”. Para Rui Diniz, “há uma convicção generalizada das lideranças em contribuir para a comunidade”, destacando que o exemplo das empresas grandes arrasta consigo muitas outras menores. Em termos práticos, perante a atual crise de inflação elevada, o CEO da CUF diz estarem a estudar formas de aumentarem os salários. “Estamos em sede de orçamento a ver como ir ao encontro das dificuldades das pessoas”, salientando também que nesta empresa “a preocupação social sempre esteve muito presente”.

Hoje em dia, está claro que as empresas têm de se transformar para incluírem critérios de sustentabilidade na sua gestão. “Cada organização, seja grande ou pequena tem impacto”, salientou Graça Fonseca, CEO e cofundadora da Because Impacts. Porém, além de ainda existir muito a fazer para conseguir corresponder aos critérios ambientais e sociais, é também necessário medir esse impacto para decidir práticas adequadas. “É difícil medir o impacto social. Temos de criar métricas e KPI de impacto E [de ambiente] e S [de social] de uma empresa”, defendeu. Graça Fonseca sublinhou ainda que há muitos estudos a demonstrar o impacto económico numa empresa das suas práticas sociais. “A política de sustentabilidade tem de ser articulada com os resultados económicos. Por isso, é preciso ter estratégias que incorporem inovação social e a medição do impacto social”, destacou.

O painel de debate contou ainda com a participação de André Villas Boas, mentor do projeto Race for Good, que nasceu para dar visibilidade às causas e associações das quais o treinador é embaixador. “Queremos fazer o bem e ligamos empresas a projetos sociais”, explicou Villas-Boas. Esta plataforma consegue, assim, angariar donativos de empresas usando a imagem de figuras públicas do desporto para depois canalizar essas verbas para projetos de ação social. Também aqui a medição de resultados é importante para um trabalho mais efetivo. Neste sentido, o mentor referiu que querem “escolher projetos credíveis e saber que impacto social têm”. ■

SÓNIA SANTOS DIAS



Cada vez mais empresas incorporam as questões da diversidade, do combate à não discriminação e da igualdade como ferramentas fundamentais da sua gestão de recursos humanos.

SANDRA RIBEIRO

Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

É difícil medir o impacto social. Temos de criar métricas e KPI de impacto E [de ambiente] e S [de social] de uma empresa.

GRAÇA FONSECA

CEO e co-fundadora da Because Impacts

Queremos fazer o bem e ligamos empresas a projetos sociais.

ANDRÉ VILLAS BOAS

Projeto Race for Good

Estamos em sede de orçamento a ver como ir ao encontro das dificuldades das pessoas.

RUI DINIZ

CEO da CUF

“Se queremos ser net zero temos de começar pelas cidades”

As cidades são o epicentro das sociedades e estão em plena transformação. Para Sofia Tenreiro, a inovação e a tecnologia são a resposta para muitos dos problemas que as cidades precisam de resolver para se tornarem mais sustentáveis.

Peter Spark/Movephoto

SÓNIA SANTOS DIAS

Com 50% da população a viver em centros urbanos e com a perspectiva de esse número crescer para 70%, em 2050, a intervenção nestes espaços é fundamental para construir uma sociedade mais sustentável, tanto a nível ambiental, como social.

Atualmente, as cidades são responsáveis por 80% do consumo energético e por 70% das emissões de carbono. Por isso, “se queremos atuar rapidamente e de forma profunda na questão do net zero, temos de começar pelas cidades”, referiu Sofia Tenreiro, partner da Deloitte e keynote speaker do painel “Casas e cidades mais amigas – O que estão a fazer as autarquias”, na conferência do Negócios dedicada ao desenvolvimento social, que decorreu a 8 de novembro, no Hotel Hilton Porto Gaia, em Vila Nova de Gaia.

Como organismos dinâmicos, as cidades têm também de se adaptar rapidamente às circunstâncias. Sofia Tenreiro exemplificou com a fuga dos refugiados da Ucrânia para cidades, por exemplo, da Polónia, sobrecarregando infraestruturas, mas que estas têm de conseguir responder a estes apelos. “As cidades têm assumido um papel principal e têm sido a solução para muitos dos problemas que existem a nível mundial”, referiu.

Já se olharmos para as cidades numa perspetiva mais económica, elas “são a maior fonte de riqueza a nível mundial, pois são responsáveis por cerca de 80% do GDP. Portanto, quando queremos olhar a nível mundial para a eco-



Sofia Tenreiro, partner da Deloitte.



Estima-se que a tecnologia possa reduzir em 90% as emissões de carbono em todos os problemas que existem nas cidades.

SOFIA TENREIRO
Partner da Deloitte

nomia, para a questão social e para a questão ambiental, temos de começar também por elas”, sublinhou a partner da Deloitte.

E como resolver tudo isto? Transformando as nossas cidades em smart cities, ou cidades inteligentes, que aliam tecnologia e inovação para conseguir resolver todas estas questões. Sofia Tenreiro defendeu que “a tecnologia associada à inovação é o que vai permitir que as cidades tenham qualidade de vida e criem valor” para as suas populações. “Há muitas fontes de informação nas cidades que se não forem trabalhadas não têm valor”, referiu Sofia Tenreiro, dando como exemplo a existência de

dados sobre trânsito, poluição, ruído, etc. “É preciso olhar para estas infraestruturas nas cidades e perceber como é que podem ser mais inteligentes.” “A verdade é que as cidades são muitas complexas, geridas por muitos intervenientes e cada um deles trabalha num silo. Precisamos de olhar para os recursos e para o ecossistema e perceber como conseguimos ter uma visão integrada e centrada no cliente”, assinalou a responsável. Além de todas estas questões de eficiência, “estima-se que a tecnologia possa reduzir em 90% as emissões de carbono em todos os problemas que existem nas cidades”, destacou a keynote speaker.

Na realidade, as cidades estão em acelerada transformação motivada pela digitalização e pela procura de uma vivência mais sustentável. São já inúmeras as tendências que se estão a instalar, seja a nível da mobilidade, da economia circular, na criação de mais espaços verdes, na promoção do conceito da “cidade dos 15 minutos”, onde deveremos poder chegar aos principais serviços de que necessitamos neste curto espaço de tempo, etc. Por tudo isto, Sofia Tenreiro considera que “é tempo de agir”, de conversar uns com os outros, na medida em que as cidades são organismos muito complexos e a realidade muda muito rapidamente. ■

Transformação das cidades é essencial para criar uma sociedade mais inclusiva

Habitação acessível, mobilidade eficiente e espaços sociais são ferramentas que ajudam a tornar uma sociedade mais sustentável. É também preciso investir em equipamentos que tragam as pessoas de volta para a rua, para combater o isolamento social.

Peter Spark/Movephoto



O debate “Casas e cidades mais amigas” teve a moderação de Rui Neves e contou com a participação de José Gomes Mendes, Francisco Saraiva, Vítor Pinho e Martim Salgado.

O terceiro debate da conferência ESG do Negócios dedicada ao desenvolvimento social incidiu sobre o papel das cidades e das casas para promover o bem-estar das populações. Sendo a habitação uma das primeiras necessidades, devem ser criadas condições de qualidade e acesso nas cidades, na medida em que estas albergam a grande maioria da população. Um desenho adequado destas infraestruturas ajuda não só a reduzir o impacto ambiental, como a promover espaços públicos para uma convivência social saudável. É o caso do projeto “Meu Bairro, Minha Rua”, da responsabilidade da Câmara Municipal de Gaia, que visa contribuir para a criação de uma nova forma de viver em comunidade, através de um trabalho muito próximo da comunidade. Para Francisco Saraiva, arquiteto gestor deste projeto, esta proximidade “é fundamen-

tal para que se possa ter bons resultados de aceitação por parte das pessoas, para que se possa beneficiar o espaço público e pra gerar uma melhor qualidade de vida”. O arquiteto sublinhou que uma das tendências que saíram vincadas da pandemia foi a procura por uma melhor qualidade de vida. E tal pode ser entregue em parte pelas cidades, na medida em que é necessário que existam equipamentos públicos que promovam a interação social como forma de combater o isolamento crescente. “Estamos a tornar-nos pessoas egoístas, egocêntricas e isoladas nos nossos apartamentos pequeninos. Por isso, cada vez mais é necessário criar espaços exteriores apelativos para trazer as pessoas para a rua e criar essa interação social tão necessária.” O arquiteto lembrou que a transformação do espaço público ajuda a combater problemas

de saúde mental. “As pessoas isoladas em equipamentos têm todas as condições para a sua sobrevivência, mas não para a sua sanidade mental”, sublinhou.

São, assim, precisas também grandes transformações estruturais para tornar as cidades mais inclusivas e saudáveis. No painel “Casas e cidades mais amigas – O que estão a fazer as autarquias”, José Gomes Mendes, presidente da Fundação Mestre Casais, salientou que “existe um problema de acesso e de qualidade na habitação em Portugal”. Considerou que a intervenção nestes espaços é fundamental para construir uma sociedade mais sustentável, tanto a nível ambiental como social. “Quando olhamos para as cidades vimos que são geradoras de gases de efeito de estufa. A operação dos edifícios vale 28% e 10% estão incorporados nos materiais. É mui-



Existe um problema de acesso e de qualidade na habitação em Portugal.

JOSÉ GOMES MENDES
Presidente Executivo da
Fundação Mestre Casais

Cada vez mais é necessário criar espaços exteriores apelativos para trazer as pessoas para a rua.

FRANCISCO SARAIVA
Arquiteto do projeto Meu Bairro,
Minha Rua

A solução está na escolha dos materiais certos, os custos não são acrescidos, conseguimos é ter soluções melhores.

VÍTOR PINHO
CEO da EMERGE – Mota-Engil Real Estate Developers Portugal

A EDP vai investir mais de 300 milhões de euros em impacto social até 2030.

MARTIM SALGADO
Diretor do Gabinete de
Coordenação de Impacto Social,
EDP

to.” Neste sentido, destacou o trabalho do grupo Casais, que procura criar soluções sustentáveis com recurso à madeira e em modelos pré-fabricados, combatendo desta forma e em simultâneo a questão ambiental e a da disponibilidade mais rápida de habitações.

Também a EMERGE – Mota-Engil Real Estate Developers Portugal aposta na sustentabilidade da construção, salientando que todos os materiais utilizados são certificados. Contraria o mito de que para ser sustentável é mais caro, dizendo que “a solução está na escolha dos materiais certos, os custos não são acrescidos, conseguimos é ter soluções melhores”, referiu Vítor Pinho, CEO da EMERGE, revelando que apostam mais em soluções locais e investem mais tempo no desenvolvimento do projeto. Exemplificou com um dos projetos que têm em mãos, o antigo matadouro do Porto desativado há 20 anos, que vai ser transformado num equipamento âncora para a reabilitação da zona oriental da cidade, baseado nos eixos da coesão social, da economia e da cultura. A cobertura, por exemplo, vai ser coberta por painéis solares, revelou.

Por fim, Martim Salgado, diretor do Gabinete de Coordenação de Impacto Social da EDP, destacou que a sustentabilidade e a responsabilidade social são parte integrante da empresa. Ao atuarem num dos setores envolvidos tanto na transição verde como na crise energética, o responsável referiu que querem “assegurar a transição energética para todos”. Para isso, vão investir “mais de 300 milhões de euros em impacto social até 2030”. Tal passa por desenvolver projetos em várias frentes, nomeadamente na inclusão energética, qualidade da construção, educação sobre eficiência energética, aposta no solar nas cidades, na mobilidade elétrica, etc. ■

SÓNIA SANTOS DIAS

“A felicidade nas organizações tem de ser pensada a nível macro”

Arredada das preocupações das empresas durante muito tempo, a felicidade é agora vista como um fator essencial para a produtividade dos colaboradores e para a retenção de talento.

Peter Spark/Movephoto



Gabriel Leite Mota, professor auxiliar de Economia no Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

SÓNIA SANTOS DIAS

O bem-estar nas empresas é um ativo cada vez mais valorizado pelos colaboradores e fundamental para a retenção de talento. Sobretudo depois da pandemia, a forma de trabalhar e o seu propósito têm sido amplamente discutidos, colocando em cima da mesa valores que antes eram menos considerados. Do lado das empresas, novas estratégias surgem para

incorporar a felicidade nas dinâmicas de trabalho. Porém, “para pensarmos a felicidade nas organizações, temos de pensar do ponto de vista macro e não só ao nível das políticas internas de cada uma das organizações. Temos de ter um ambiente geral que seja propício a isso”, começou por referir Gabriel Leite Mota, professor auxiliar de Economia no Instituto Superior de Serviço Social do Porto, na conferência dedicada ao desenvolvimento social do Ciclo de Conferências ESG do Negócios Sustentabilidade 20|30, que decorreu a 8 de novembro, no Hotel Hilton Porto Gaia, em Vila Nova de Gaia.

O keynote speaker do painel de

debate “Emprego ou Projeto? Bem-estar nas Empresas” sublinhou que a chamada “ciência da felicidade” não é um conjunto de lugares-comuns, é sim uma temática estudada cientificamente que traz um conjunto de inputs positivos para o estudo da felicidade com muito potencial para ajudar as organizações. Nomeadamente, que “o nosso funcionamento emocional dá muito impacto às questões negativas por contraposição às positivas, de tal maneira que se quisermos pessoas felizes temos de ter mais eventos positivos do que negativos e de uma forma bastante significativa”, exemplificou Gabriel Leite Mota. Outro exemplo de im-



Enquanto economia não nos podemos organizar só para produzir coisas, temos de nos organizar de forma a termos boas relações com os outros e em termos de saúde.

GABRIEL LEITE MOTA
professor auxiliar de Economia no Instituto Superior de Serviço Social do Porto

pacto positivo nas pessoas e nas organizações é a prática da gratidão, na medida em que “é um elemento que potencia o bem-estar das pessoas, assim como sorrir, abraçar e elogiar são tudo elementos que a ciência tem vindo a demonstrar, para além da nossa perceção empírica, que são relevantes”.

Existe também uma relação não linear entre PIB e felicidade, pelo que “a aposta continua apenas no regime do PIB sem cuidar de outras dimensões podem não ser eficazes para o aumento do bem-estar, então, temos de nos preocupar com isso”, defendeu o keynote speaker, que salientou ainda que o desemprego é um dos elementos mais destrutivos do bem-estar e, por contraponto, o emprego é “fundamental para a felicidade”, assim como as relações interpessoais e a saúde. Portanto, sublinhou, “nós enquanto economia não nos podemos organizar só para produzir coisas, temos de nos organizar de forma a termos boas relações com os outros e em termos de saúde”.

E da mesma forma que o capital natural deve entrar para a equação da riqueza de um país que se queira sustentável, também a felicidade deve contribuir para classificar países muito além do PIB. Gabriel Leite Mota sublinhou que “nós temos diferentes áreas da nossa vida e cada uma delas tem de ser exponenciada. Não basta apostar numa, não basta apostar nos números”.

Dentro das organizações, estas questões devem ser ponderadas pelas lideranças de forma a terem também melhores resultados. Novas práticas passam por horizontalizar as relações, implementar lideranças positivas e promover o florescimento dos trabalhadores. “Trabalhadores felizes são mais produtivos, mais focados, leais, faltam menos e são mais cooperantes e criativos”, destacou o professor de Economia. ■

Colaboradores felizes produzem mais

Conciliar produtividade e saúde é o novo mantra das empresas que querem reter talento e estar em consonância com a Agenda 2030 das Nações Unidas.



Peter Spark/Movephoto

O debate “Emprego ou projeto? Bem-estar nas empresas” teve a moderação de Helena Garrido e contou com a participação presencial de Joana Rodrigues, Marisia Giorgi e Marta Neves. Ana Rita Martins e Margarida Cardoso participaram online.

As organizações estão a considerar cada vez mais a felicidade dos seus colaboradores como um ativo essencial para o sucesso do negócio. Não só é necessário implementar os critérios sociais, ambientais e de governação impostos por nova regulamentação, como também é fulcral para atrair colaboradores que, cada vez mais, procuram empresas com propósito e condições propícias ao bem-estar. “Investir na saúde e bem-estar retém talento e melhora a performance”, começou por sublinhar Ana Rita Martins, arquiteta e responsável de sustentabilidade na Woodalls, em Londres. E tudo começa no próprio espaço onde se trabalha, pois este tem a capacidade de influenciar o estado de espírito de quem lá trabalha.

“Os edifícios também ajudam a

criar felicidade”, por isso, “temos de construir edifícios mais amigos da saúde e da felicidade”, explicou. E tudo entra na equação: qualidade do ar e da água, conforto técnico e acústico, a luz e as vistas, ter plantas por perto, etc. A arquiteta desenvolve projetos de design baseados nos critérios ESG (ambiental social, governação, sigla em inglês) que tenham “o menor impacto ambiental possível e que contribuam para a comunidade e o bem-estar dos trabalhadores”, explicou.

O espaço tem de tal forma impacto que, segundo a arquiteta, “uma boa ventilação pode melhorar quase 50% do nível de absentismo”. Ana Rita Martins salientou também que “o que não se mede não se controla”, sugerindo, por isso, aplicar certificações que confirmem os critérios ambien-

tais e sociais das empresas. Também Joana Rodrigues, diretora de Arquitetura na Savills Portugal, referiu que os espaços influenciam a saúde e a felicidade, sublinhando que a pandemia veio evidenciar o poder de os espaços criarem bem ou mal-estar. No painel de debate “Emprego ou projeto – bem-estar nas empresas”, Joana Rodrigues salientou que “as empresas finalmente perceberam que devem ter os seus recursos humanos nas melhores condições físicas e sociais”. Posto isto e com a alteração do modelo de trabalho que fez sobressair o teletrabalho e o modelo híbrido, as empresas veem-se agora a braços com a necessidade de atrair os seus colaboradores para os escritórios, pelo que “os espaços devem ser adaptados para as pessoas se

sentirem bem e regressarem ao local de trabalho”. Na realidade, prosseguiu, “as empresas estão mais abertas a fazer estas alterações nos escritórios, não só porque as pessoas querem, mas também porque as multinacionais já o estão a fazer”. A questão do espaço é, portanto, fulcral nesta nova realidade e quem não se adaptar corre o risco de perder talento.

Na Philip Morris International, estas alterações já foram feitas. “Durante a pandemia, remodelámos todo o escritório para estar mais atualizado com as novas formas de trabalhar e para funcionar como uma extensão da casa”, contou Margarida Cardoso, responsável de Pessoas e Cultura. “Adotámos o trabalho híbrido e achamos que a vinda ao escritório tem de ter significado. Os espaços agora são mais colaborativos e antes eram mais individuais”, acrescentou. Porém, referiu também que o bem-estar dos trabalhadores é algo muito alargado, pois pode significar coisas diferentes para trabalhadores diferentes.

Como diretora de Recursos Humanos do Pingo Doce, Marisia Giorgi tem estas preocupações sempre presentes. Para lá das prateleiras dos supermercados, “na área privada dos colaboradores, o espaço é pensado na perspetiva do bem-estar”, referiu. O layout, a altura das cadeiras ou o espaço de relaxamento são pensados nesta ótica. “Tratamos os espaços sociais com o mesmo rigor dos espaços públicos, referiu a diretora de RH. Porém, considera que o maior desafio de agora se prende com o apoio à saúde mental dos colaboradores e da própria família.

Para Marta Neves, administradora executiva da EGF, a pandemia também trouxe lições muito valiosas. Por atuarem na área dos resíduos, o medo sentido pelos colaboradores foi uma emoção muito presente com a qual tiveram de lidar. “Fizemos webinars para contornar a saúde mental, as pessoas sentiam necessidade de falar”, partilhou a responsável. Posto isto, corroborou que “um trabalhador feliz é muito mais produtivo e tem muito sentimento de pertença”. Sobretudo nas gerações mais novas, nota um sentido de serviço público “muito presente e um sentido de propósito”. ■

SÓNIA SANTOS DIAS



Temos de construir edifícios mais amigos da saúde e da felicidade.

ANA RITA MARTINS
Senior Associate Sustainability
Lead da Architect at Woodalls

Os espaços devem ser adaptados para as pessoas se sentirem bem e regressarem ao local de trabalho.

JOANA RODRIGUES
Diretora de Arquitetura da Savills
Portugal

Adotámos o trabalho híbrido e achamos que a vinda ao escritório tem de ter significado.

MARGARIDA CARDOSO
Manager People & Culture PT da
Philip Morris International

Na área privada dos colaboradores, o espaço é pensado na perspetiva do bem-estar.

MARISIA GIORGI
Diretora de Recursos Humanos
do Pingo Doce

Um trabalhador feliz é muito mais produtivo e tem muito sentimento de pertença.

MARTA NEVES
Administradora Executiva da EGF
e Presidente da Comissão
Executiva da Valorsul

PARTILHAMOS A PAIXÃO PELO FUTURO

TERESA BONVALOT
CAMPEÃ NACIONAL DE SURF

Partilhamos a Paixão pelo Surf

Junte-se à onda Millennium
e deixe-se inspirar por uma vida
mais positiva e sustentável.

Saiba mais em millenniumbcp.pt

Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp

AQUI CONSIGO